



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CEDUC I)  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA  
AFROBRASILEIRA**

**INÊS MONTEIRO DO NASCIMENTO**

**Práticas Pedagógicas Fundamentadas por uma Educação  
Étnicorracial no Cotidiano Escolar**

**CAMPINA-GRANDE  
JULHO/2011**

**INÊS MONTEIRO DO NASCIMENTO**

**Práticas Pedagógicas Fundamentadas por uma Educação  
Étnicorracial no Cotidiano Escolar**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira. Departamento de História e Geografia. Ceduc I, da UEPB, Campus de Campina Grande, como requisito parcial a obtenção do Título de Especialista. Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

N244p Nascimento, Inês Monteiro do.  
Práticas pedagógicas fundamentadas por uma educação étnicorracial no cotidiano escolar [manuscrito] / Inês Monteiro do Nascimento. – 2011.  
45 f.

Digitado.

Monografia (Especialização em História e Cultura Afro-Brasileiras) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas. Centro de Educação”.

1. Diversidade. 2. Etnocentrismo - Educação. 3. Práticas Pedagógicas. I. Título.

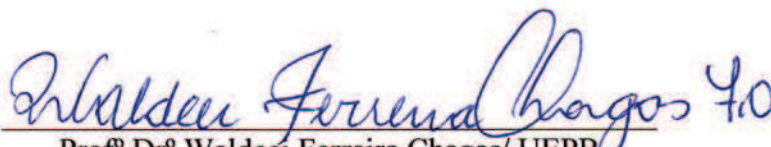
21. ed. CDD 333.95

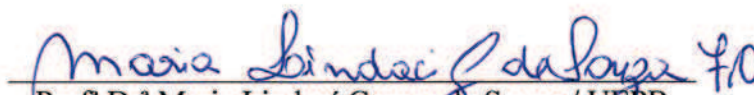
**INÊS MONTEIRO DO NASCIMENTO**

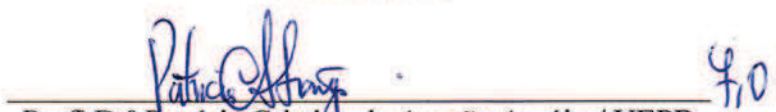
**Práticas Pedagógicas Fundamentadas por uma Educação  
Étnicorracial no Cotidiano Escolar**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 28/07/2011.

  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Waldecy Ferreira Chagas / UEPB  
Orientador

  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB  
Examinadora

  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patricia Cristina de Araujo Araujo / UEPB  
Examinadora

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
-----------------	----

### CAPÍTULO I

#### A Diversidade Étnica e o Preconceito

Racial.....	08
-------------	----

1.1 O Conceito de Etnia.....	08
------------------------------	----

1.2 A Escola, O Livro Didático e o	
------------------------------------	--

Preconceito Racial.....	09
-------------------------	----

1.3 O Racismo.....	12
--------------------	----

1.4 O Conteúdo Escolar e o	
----------------------------	--

Etnocentrismo.....	15
--------------------	----

1.5 A Democracia Racial e a	
-----------------------------	--

Escola.....	16
-------------	----

1.6 O Preconceito Racial na	
-----------------------------	--

Literatura .....	19
------------------	----

1.7 Preconceito e Religião.....	22
---------------------------------	----

### CAPÍTULO II

#### A Educação Étnicorracial no

Contexto da Escola.....	24
-------------------------	----

<b>1.1 A Questão Étnicorracial no Cotidiano dos Estudantes.....</b>	<b>25</b>
<b>1.2 O Cotidiano dos Estudantes Fora da Escola.....</b>	<b>32</b>
<b>1.3 As Atividades Desenvolvidas nas Escolas e a Questão Étnicorracial.....</b>	<b>33</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>40</b>

## **ANEXOS**

- 1. Página com assinatura da banca examinadora**
- 2. Entrevista**
- 3. Ilustração**

## Dedicatória

Dedico este trabalho a Deus e a minha família, pela força e a compreensão ao longo desta pesquisa monográfica, em especial aos meus pais: Jaime Alves do Nascimento e Maria José Monteiro do Nascimento.

## Agradecimentos

Agradeço de modo especial a família, a Deus, a UEPB, aos professores e alunos do curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira, pelo incentivo, apoio e confiança.

A todos aqueles que contribuíram de forma direta e indiretamente para a nossa formação e aprendizado no curso.

Em especial ao coordenador Prof.Dr.Jomar Ricardo pelo seu empenho e responsabilidade com a turma e contribuição indistintamente com todos os pós graduandos (as) da Especialização.



O artificialismo não tem lugar na obra, a história não tem fantasias, antes trata-se de muitos retratos nus e crus da vida como ela é, com todas as cores da crueldade. Um fato histórico de todos os dias e em diferentes épocas e contextos. A perversidade do racismo não respeita nada e muito menos qualquer dos personagens que se fazem presente na obra. A negra louca que é repulsada, jogada ao chão por Raimundo, se transforma em algo que o assombrará até sua morte, uma espécie de negação e assimilação de sua verdadeira identidade. Ana Rosa em um belíssimo exemplar da hipocrisia social, o grande amor por Raimundo era apenas um devaneio, uma loucura da juventude que foi apagado pelo tempo, entretanto denunciado pela obra. tudo em nome da paz social e o mascaramento de preconceito racial instituído para separar a classe dominante dos dominados. (Aluísio Azevedo).

## Resumo

Este trabalho se trata das Práticas e comportamentos étnicorraciais na sala de aula e constitui-se numa proposta de renovação do processo ensino-aprendizagem e de valorização das diferentes culturas e sujeitos que compõem a sociedade brasileira e a escola, cujo propósito é combater o preconceito racial. No seu conteúdo encontram-se novas propostas de práticas pedagógicas, pesquisas de campo e observações de comportamentos de estudantes e a própria História dos locais pesquisados. Encontra-se também as diferentes formas de racismo, diferenciando-se raça de etnia, mostrando que somos um país miscigenado e a escola é o lugar onde está toda esta diversidade cultural e étnica. Para isso propõe-se uma renovação de práticas, conteúdos e resoluções que possam melhorar o comportamento em relação ao afrodescendente na sala de aula, através de planejamentos e atividades culturais e religiosas que possam incluir alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem, visto que os (as) professores (as) revisitam os conteúdos ministrados, e a metodologia utilizada na sala de aula com o propósito de incluir todas as culturas, e pessoas. Neste trabalho discuto sobre essa perspectiva de educação, a partir da realidade de três escolas públicas que compõem a rede de ensino da Paraíba, são elas: a E.E.E.F. de Uruçu, E.E.E.F. M Deputado Carlos Pessoa Filho, E.M.E.F. Josefa Heráclito do Nascimento; todas localizadas no município de Aroeiras PB, e a E.E.E.F.M. Maria Augusta de Moraes Neves que fica na cidade de São Paulo. À medida que analiso se em tais escolas ocorrem práticas educativas na perspectiva da educação étnicorracial, investigo as duas questões que não podem ser compreendidas de modo dissociado. A existência do preconceito racial no cotidiano da escola é uma evidência de que a educação étnicorracial não é trabalhada a contento conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Palavras-chave: diversidade; etnocêntrismo; currículo; preconceito racial.

## Introdução

Este trabalho monográfico discute a educação étnicorracial, uma prática educativa que leva os (as) professores (as) a não só inserirem os conteúdos de história e cultura afrobrasileira, africana e indígena na sala de aula, mas trabalhar com atividades pedagógicas que valorizem a diversidade de raças no contexto da sala de aula.

A educação étnicorracial é uma proposta de renovação pedagógica, uma vez que leva os (as) professores (as) a repensarem os conteúdos trabalhados, os currículos escolares elaborados, as metodologias planejadas, de modo a tornar a escola inclusiva, sobretudo, porque valoriza a história e a cultura das populações negras no Brasil, desde o período da escravidão á atualidade.

Trata-se de uma perspectiva de educação necessária ao Brasil devido à diversidade racial que o caracteriza. A partir de então os (as) professores (as) devem incluir nas suas práticas cotidianas em sala de aula novas temáticas e conceitos pertinentes e adequados a possibilitar aos (as) alunos (as) compreenderem o mundo atual, sobretudo, se perceber como sujeito ativo.

Apesar de a educação étnicorracial está na pauta do dia da escola pública, os livros didáticos com que professores (as) trabalham cotidianamente nem sempre respondem as suas indagações quanto a essa perspectiva de educação.

Por isso, é necessário que professores (as) estejam atentos (as) aos livros didáticos, sobretudo, os das Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e outras áreas do conhecimento) no sentido de perceber se eles trazem os conteúdos pertinentes à história e cultura afrobrasileira, africana e indígena que os permitam trabalhar em sala de aula, e fazer valer a educação étnicorracial.

O (a) professor (a) deve ficar atento aos conteúdos dos livros didáticos, isso é importante, porque os livros didáticos, em especial os de História ainda levam em consideração a superioridade dos europeus em relação às culturas africanas e indígenas. Esta perspectiva de pensar a história se mantém desde a chegada dos europeus ao Brasil, e perdurou durante a escravidão e pós-abolição. No geral prevalece o caucasiano (branco) superior as demais raças, especificamente aos negros e aos indígenas.

Por extensão o etnocentrismo prevalece no livro didático e na sala de aula, ou seja, segue-se um padrão estabelecido onde professores (as) e alunos (as) seguem como sendo idéias, lógicas ou corretas.

Nesse sentido, as pessoas negras são sempre vistas como exóticas, folclóricas, diferentes e até mesmo tratadas de diversas formas, mas sempre na perspectiva da inferiorização, prevalecendo o preconceito racial.

Desta feita, trabalhar com a educação etnicorracial é colaborar para a superação do preconceito racial na sala de aula, obviamente na sociedade.

Para melhor compreensão deste trabalho o dividi em dois capítulos, no primeiro discuto os conceitos que antecedem ou fundamentam a educação etnicorracial, neste sentido são pertinentes os conceitos de etnia, raça, e a partir de então como o preconceito racial se manifesta na sociedade e como a escola a partir das suas práticas pedagógicas pode colaborar com a superação deste problema usando conteúdos adequados no campo da história, mais também da literatura.

No segundo capítulo, revisito as minhas memórias de professora da educação básica e trago à tona momentos das observações realizadas em quatro escolas públicas, onde me detenho às questões étnicas, em especial as referências as populações negras, no sentido de perceber como a escola pública lida ou não com a educação étnicorracial.

## **Capítulo I**

### **A Diversidade Étnica e o Preconceito Racial**

Neste capítulo discuto sobre a diversidade étnica que caracteriza o Brasil, o que está representado na formação do povo brasileiro, mas, sobretudo, nas práticas culturais vivenciadas pelas pessoas negras, brancas e indígenas.

Em meio ao universo vasto e culturalmente diverso, me ateno a fazer algumas considerações acerca da representação das pessoas negras e de suas práticas culturais. Para tanto, relaciono tais práticas com preconceito racial à luz dos conceitos de etnia, raça e discriminação. Esse fenômeno que ainda atinge as pessoas negras no Brasil se manifesta de forma direta a exemplo das relações sociais que se estabelece entre as pessoas negras no Brasil e se manifesta de forma indireta a exemplo das relações sociais que se estabelecem entre as pessoas negras e brancas, mais também nos meios midiáticos socialmente produzidos, a exemplo do livro didático.

Nesse sentido os (as) professores (as) nas suas práticas pedagógicas desencadeadas nas escolas da educação básica devem manter-se atentos a quando usar o livro didático, não reproduzir o preconceito racial, mas combatê-lo e assim colaborar com a construção de uma escola e por extensão de uma sociedade inclusiva, fundamentada na igualdade étnicorracial.

#### **1.1 O Conceito de Etnia**

Tendo em vista as dificuldades que existem para aplicar o termo raça à espécie humana, vários cientistas resolveram substituí-lo por etnia. Quando observamos a população de certos países, notamos que existem vários grupos diferentes, que possuem traços comuns físicos ou culturais e um sentimento de identificação, de pertencer a um mesmo grupo. Tomemos como exemplo a população brasileira: os negros, os diversos grupos indígenas, os descendentes de portugueses, os italianos, os japoneses e outros. Podemos utilizar o termo etnia para cada um desses grupos.

O termo raça não é adequado, já que vários grupos podem ter uma única raça e um grupo às vezes pode ter várias raças. O fundamental é o sentimento de identificação tanto do próprio grupo como do restante da sociedade nacional.

Pouco importa se a base para isso é a cor da pele, o idioma original, um sentimento comum de discriminação ou problemas semelhantes, etc. Segundo Munanga (2000) o conceito de raça para definir a identidade negra nada apresenta de biológico, já que se trata de um conceito carregado de ideologia, escondendo algo não proclamado: a relação de poder e dominação.

Tem noção de raça, o racismo novo estaria bebendo da noção de etnia, definida como grupo cultural, já que tal categoria seria mais aceitável do que raça: a identidade negra deve ser pensada como identidade política, formada na pluralidade de processos de identidade cultural entre “negros, brancos e amarelos”, todos tomados como sujeitos biológicos ou raciais “(ibid. p.32).

O termo etnia não é muito rigoroso, pois nele podem incluir-se tanto grupos de pessoas originais de uma nacionalidade (italianos, alemães, espanhóis etc.), como os que têm em comuns traços físicos (a cor da pele, geralmente), ou até mesmo várias culturas, como as diversas sociedades indígenas. Apesar de não ser muito preciso, esse termo está sendo utilizado atualmente na maior parte dos livros e revistas que abordam o tema e é melhor que raça, que na realidade ficou muito marcado, por preconceitos.

## **1.2 - A Escola, O Livro Didático e o Preconceito Racial**

A escola enquanto instituição social possui uma prática que não está dissociada do que ocorre na sociedade. Assim o preconceito racial manifestado na sociedade também se reproduz na escola e por diversos mecanismos ou formas. Dentre os mecanismos de reprodução do preconceito racial é pertinente a ausência dos conteúdos de história e cultura Afrobrasileira, africana e indígena no currículo escolar.

A ausência de tais conteúdos e, sobretudo, das discussões sobre as questões etnicorraciais, possibilita a construção dos estereótipos negativos sobre as pessoas negras. Tais estereótipos são legitimados pelos livros

didáticos e reforçados no cotidiano escolar, quando por ventura os (as) professores (as) não os utilizam criticamente.

Para eliminar o preconceito racial no livro didático e assim colaborar com a educação das relações etnicorraciais o governo brasileiro através do MEC estabeleceu vários critérios de avaliação dos livros didáticos comprados e distribuídos as escolas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Entre os critérios estabelecidos foi determinado que os livros didáticos incluíssem as questões raciais e os preconceitos de origem de raça, cor e etnia. Dentre os critérios de avaliação dos livros didáticos ficou determinado que as representações raciais nos livros didáticos distribuídos pelo PNLD não podem expressar preconceitos de origem, racial, sexual, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

O PNLD de 1999 e 2000 ampliou a discussão quanto à representação do preconceito racial e trouxe a afirmação de que os conteúdos veiculados nos livros didáticos devem: contribuir efetivamente para a construção da ética necessária ao convívio social, o exercício da cidadania e não poderá: veicular preconceito de origem, cor, condição socioeconômica, etnia, gênero e qualquer outra forma de discriminação religiosa, desrespeitando o caráter leigo do ensino público. Qualquer desrespeito a esses critérios é discriminatório e, portanto, socialmente nocivo.

Desta feita, os livros didáticos avaliados pelo PNLD passaram a receber do MEC a seguinte classificação: recomendados, recomendados com ressalvas e não recomendados. Os livros recomendados passaram a ser incluídos no guia de Livros Didáticos ou na internet e disponibilizado aos (as) professores (as) da educação básica para que eles (as) selecionem os livros que usarão com seus (as) alunos (as) no ano letivo.

A partir de então, o volume de títulos avaliados pelo MEC aumentou gradativamente, conseqüentemente o volume de livros recomendados. Assim a inclusão nos livros didáticos, do critério “preconceitos” foi considerada um avanço, sobretudo, porque passou a problematizar o mito da democracia racial no Brasil e alertou os autores (as) responsáveis pela produção de livros didáticos sobre tal questão. Em estudo sobre o livro didático, Beisiegel (s/d), analisou os pareceres emitidos pela comissão sobre os livros excluídos ou não recomendados pelo MEC, e percebeu que a maioria absoluta dos pareceres

que excluíram os livros teve outros motivos, que não foi o critério preconceito racial. Segundo esse pesquisador tal problema decorre da forma de avaliação, que é orientada pela busca de explicitação de preconceitos entendidos como expressão direta de hostilidade ou depreciação racial da pessoa negra. Como o preconceito racial no Brasil é velado poucos pareceristas o percebe no livro didático.

Raramente os discursos racistas se apresentam de forma direta, e mesmo que determinados textos reafirmem posturas anti-racistas podem veicular mensagens racistas, o que só pode ser apreendido por conceituação metodológica pertinentes.

Segundo Beisiegel (s/d) faltou os pareceristas avaliarem a integração do refinamento teórico, conceitual e metodológico que orienta as pesquisas sobre relações raciais no Brasil. Faltou também, eles atentarem para os resultados das pesquisas, que desde 1950, vêm mostrando a falácia de se buscar explicitações de preconceito ou manifestações de racismo à maneira do século XIX.

Na realização da pesquisa, Beisiegel, (s/d) entrevistou editores de livros didáticos que manifestaram concordar com o critério do PNLD de excluir do guia os livros didáticos que veiculem preconceitos. Para esse pesquisador algumas editoras tomaram a iniciativa de eliminar nos textos veiculados nos livros didáticos expressões e tratamentos preconceituosos. Segundo Beisiegel, o resultado mais significativo foi o tratamento mais cuidadoso que as editoras dedicaram às ilustrações, mas, como se evidenciara nas avaliações da comissão, as modificações pecaram por ficarem restritas as expressões grotescas de racismo.

Na concepção de Beisiegel (s/d, Pág.. 31) os movimentos podem exigir que das equipes do PNLD, passem a fazer parte pesquisadores especializados na investigação de estereótipos. É nessa perspectiva que Silva Júnior (2002, Pág.77) recomenda a inclusão no livro didático da pluralidade cultural; um dos temas transversais presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Desta feita, será pertinente a produção de um material didático para as comunidades remanescentes de quilombos e as escolas indígenas (Brasil, MEC, 2002).



Os negros resistiram à exploração e foram protagonistas de sua história. A Literatura de Cordel conta um pouco dessa trajetória histórica, mas nem sempre ela está presente nos livros didáticos, este ainda não retrata a resistência negra da época escravista até os dias atuais. Enfoca-se muito bem a história das pessoas negras na Paraíba, que é camuflada ou quase não se tem conhecimento, em se tratando de escola.

No entanto outros autores vêem o negro paraibano como uma identidade negativa, mas como parte da construção social que é presa a uma visão determinista de inferioridade, não muito diferente dos outros estados do país. Com relação à discussão sobre o preconceito racial na escola, são pertinentes as seguintes obras: Superando o racismo na escola (Munanga, 1999); e História de Zumbi para uso escolar, de Joel Rufino dos Santos.

A legislação brasileira está atenta à representação das pessoas negras e indígenas nos materiais didáticos. Essa questão vem sendo tratada em concordância com as principais tendências dos movimentos negros, e sob dois ângulos: a proibição do racismo em livros didáticos, e a exortação dos aportes positivos das pessoas negras e indígenas na história e construção do Brasil.

### **1.3 O Racismo**

O racismo é a tendência para desvalorizar certos grupos (étnicos, culturais ou sociais) atribuindo-lhes característica inferior as de outro considerado “superior” (VESENTINI. Pág.246.). O pensamento racista não tem nenhuma base científica, por isso, apresenta erros grosseiros de lógica e de informação. Geralmente atribuem-lhe a fatores raciais, e, portanto, hereditário de comportamentos que nada têm a ver com raça, mas que são condicionados pela cultura, pelo meio social, pelas condições econômicas.

Nas cidades brasileiras o preconceito racial contra as pessoas negras se manifesta no tipo de tratamento atribuído a elas. Geralmente elas são as primeiras “suspeitas” ou visadas pela polícia que pede documentos, revista, e maltrata, quando há alguma revista policial.

No Brasil o preconceito racial está nos indicadores sociais, uma vez que grande parte da população carcerária do país é constituída por negros e

mestiços. Essa população ainda soma 64% dos pobres do Brasil, e é discriminada devida sua cor de pele e condição social.

Outro exemplo da discriminação, e que provocou muitas polêmicas há alguns anos, foi o fato de pesquisadores afirmarem que os índices dos testes de QI (QUOCIENTE DE INTELIGÊNCIA) são maiores entre os brancos e amarelos, sendo bem menores entre as pessoas negras.

Essa afirmativa por si não sustenta, porque além de ser definir precisamente o que é inteligência os testes são marcados pelos valores da cultura ocidental e industrial, na qual existe a ideologia do progresso em que a escola formal é bastante valorizada. Não é a toa que é bastante valorizada. Não é a toa que se saem melhor nesses testes pessoas com maior grau de escolarização, e também os moradores de áreas industrializadas obtém melhores resultados que os habitantes de regiões agrárias e pouco industrializadas (VESENTINI1996. Pág. 247).

Com o tempo os resultados dos testes de QI costumam variar: uma pessoa que obteve resultado baixo, hoje pode acabar conseguindo um bom resultado daqui a alguns anos, desde que estude e se prepare para isso ou desde que esteja melhor psicologicamente (mais satisfeito consigo mesmo, com melhor emprego ou com melhores condições de vida etc.).

Além disso, afirmar que a inteligência varia conforme o grupo racial seria o mesmo que dizer ela é puramente nata ou hereditária, esquecendo que a inteligência de uma pessoa é construída pelas suas experiências de vida, pelos desafios que enfrenta durante sua experiência (seja na escola, no trabalho, no meio social, nos jogos, etc.).

Os pesquisadores que afirmaram que uma raça é mais inteligente que a outra sempre partiram de pesquisas duvidosas ou mal conduzidas. Em geral eles aplicaram testes de QI, em crianças africanas pobres, de aldeias atrasadas no Zaire ou em Uganda, e os compararam com testes aplicados nos estudantes de Seul, Tóquio, Berlim e Nova York. Lógico o resultado só podia ser uma média de QI maior nos grupos de branco e amarelo, e menor nos grupos de negros. Mas se os testes forem aplicados em crianças de aldeias atrasadas no interior da China ou da Coréia do Norte, onde a raça amarela, ou mesmo em certas áreas rurais da Albânia ou da Grécia, onde existem grupos brancos com baixíssima escolaridade e precárias condições de vida,

certamente os resultados obtidos serão iguais aos dos grupos de pessoas negras (VESENTINI. 1996 Pág.. 247).

Portanto, os estudos aparentemente científicos, que tentam “provar” que uma raça é inferior a outra, na verdade, são exemplos de racismo que tenta se auto justificar.

Por trás do racismo normalmente existem motivos políticos e econômicos, que são ligados à exploração de um grupo social ou à competição por empregos. A partir do século XV, por exemplo, com a expansão comercial e marítima europeia e a conseqüente necessidade de mão-de-obra barata para colonizar a América, os africanos acabaram sendo escravizados (assim como também os indígenas, embora em menor escala). Para justificar moralmente a exploração, surgiu a idéia de que as pessoas negras seriam inferiores as pessoas brancas, o que não é verdade.

Apesar do racismo se manifestar no Brasil e no mundo de diversos modos, um dos mais notáveis exemplos de racismo nas últimas décadas foi o sistema de apartheid (segregação racial) implantado pelo governo de minoria branca da África do Sul. Esse sistema entrou em crise nos anos de 1980 e terminou oficialmente no início dos anos 1990 (VESENTINI, 1996. p. 248).

Durante o apartheid foi implantada a discriminação contra as pessoas negras e, secundariamente, contra outras etnias importantes (como os indianos) que habitavam esse país. Durante tal regime, clubes, escolas e até praças e ônibus especiais foram criados só para os brancos; até mesmo as calçadas foram separadas de um lado (brancos) do outro, os diferentes ( outras etnias) bairros foram criados só para abrigar a população negra que passou a viver vigiada. Neles os moradores nem sequer podiam convidar amigos para hospedá-los, etc. (VESENTINI, 1996, Pág. 248).

Os motivos da segregação racial<sup>1</sup> na África do Sul eram claros: a minoria branca (15%) da população total, descendente dos ex-colonizadores ingleses e holandeses, possuía e ainda tem a maior parte das riquezas, das terras, das propriedades em geral; e a maioria negra comumente exerce a função de mão-de-obra barata. O regime de apartheid, um caso único depois da II Guerra Mundial de racismo oficializado, isto é, escrito nas leis do país até as reformas de que a população africana se organizasse e reivindicasse maiores direitos,

podendo assim eventualmente terminar com os privilégios da minoria dominante.

Até 1991 as pessoas negras na África do Sul eram impedidas de viajar pelo país, de votar, de hospedar amigos em casa, freqüentar museus e teatros. Para tanto, eram distribuídas senhas específicas para brancos e negros, como exemplo tem-se o Museu do Apartheid, onde existiam uma fila numerada pela cor, de um lado : os brancos e do outro os negros (durante o regime de segregação racial).

As pessoas negras também eram impedidas de ir as praias, hotéis, restaurantes, pois eram reservados aos brancos. Essas restrições contra as pessoas negras foram abolidas, após muitas décadas de intensas lutas, de notável crescimento da oposição negra, bem como da condenação de quase todas as demais nações do mundo.

Muitos países até mesmo romperam suas relações comerciais com a República da África do Sul nos anos 1980, devido à apartheid, tornando assim a situação da minoria branca insustentável (VESENTINI, 1996, Pág. 248).

A partir de 1994, a África do Sul, passou a ser comandada pelo líder negro Nelson Mandela que alcançou o mais importante cargo público, pois foi eleito e se tornou o primeiro presidente negro da História da África do Sul.

#### **1.4 – O Conteúdo Escolar e o Etnocentrismo**

É tida como etnocentrismo a tendência a considerar as normas e valores da própria sociedade ou cultura como critério de avaliação todas as demais, uma sobreposição de uma cultura, grupo, raça ou etnia sobre uma determinada sociedade ( o etnocêntrico).

Nos conteúdos escolares o etnocentrismo é poucos trabalhado, há uma visão geral, onde pouco se discutem na sala-de-aula, os valores, os costumes, a etnia, a cor enfim embora o afrodescendente esteja na escola, discute-se pouco sobre os valores dos mesmos ou até mesmo dos brancos e indígenas no contexto educacional.

A discussão sobre a questão étnica, a história e cultura européia, no Brasil, por exemplo, em especial, os portugueses, por serem nossos colonizadores, toda cultura e idéias são baseados etnocentricamente, no que

ocorre em Portugal, é o que está acontecendo no momento com relação à unificação da escrita da Língua Portuguesa até 2012. Então mesmo existindo outras línguas no país, independente de termos pessoas negras, brancas e indígenas, dentro do país, especificamente na escola e nos conteúdos dos livros usados no ambiente escolar, prevalece a língua portuguesa.

### **1.5 – A Democracia Racial e a Escola**

Historicamente o Brasil é um país multiétnico, cultural, religioso, político e economicamente democrático, no entanto a questão da raça no meio social, em especial o acesso das pessoas negras as instituições públicas e privadas ainda é problemática. Nesse item a escola é a instituição que promove e possibilita a cidadania, e nesse sentido, os conteúdos trabalhados na sala de aula revelam o compromisso dessa instituição com os sujeitos que a freqüentam.

Logo, a escola deve garantir-lhes o acesso aos saberes que são socialmente elaborados, visto que eles são instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento, à socialização, e ao exercício da “Cidadania Plena”.

Compreendida como lócus de atuação e exercício democrático, a escola deve atuar no sentido de refutar ou reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores. Nesse sentido, os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informações onde aprendizagem de conteúdos ocorra e favoreça a inserção do (a) aluno (a) no dia a dia da escola e na compreensão das questões sociais, de modo que ele amplie o seu universo cultural.

Desta feita, a formação escolar deve propiciar ao aluno (a) o desenvolvimento da sua capacidade de compreensão e crítica dos conteúdos trabalhados, de modo a favorecer a sua intervenção nos fenômenos sociais e culturais que o rodeia, e levá-los (as) a usufruir das manifestações culturais locais, nacionais e universais, construindo a sua identidade étnica, sem, no entanto hierarquizar e desqualificar uma cultura em detrimento a outra. A escola é uma instituição construída e de modo permanente. Nessa perspectiva,

é essencial que o seu fazer pedagógico esteja vinculado às questões sociais e as práticas e valores democráticos, não só no que diz respeito a seleção e tratamento dos conteúdos, como também a própria organização escolar. As normas de funcionamento e os valores, implícitos e explícitos, que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, e interferem de maneira significativa sobre a formação dos (as) alunos (as).

Por isso, a questão etnicorracial deve compor o currículo escolar para que a escola se afirme uma instituição democrática, e possa colaborar com a democratização da sociedade.

Com a degradação do sistema educacional brasileiro, pode-se dizer que a maioria das escolas tende a ser apenas o local de trabalho individualizado e não uma organização com objetivos próprios elaborados e manifestados pela ação coordenada dos diversos sujeitos social que a frequenta.

Logo, a escola deve garantir-lhes o acesso aos saberes que são socialmente elaborados, visto que eles são instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento, à socialização, e ao exercício da “cidadania plena”. Compreendida como lócus de atuação e exercício democrático, a escola deve atuar no sentido de refutar ou reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação dos valores. Nesse sentido, os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informações onde as aprendizagens de conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais, de modo que ele amplie o seu universo cultural.

Desta feita, a formação escolar deve propiciar ao aluno (a) o desenvolvimento da sua capacidade de compreensão e crítica dos conteúdos trabalhados, de modo a favorecer a sua intervenção nos fenômenos sociais e culturais que o rodeia, assim a escola possibilitará aos alunos (as) usufruir das manifestações culturais locais, nacionais e universais, construindo a sua identidade étnica, sem, no entanto, hierarquizar e desqualificar uma cultura em detrimento a outra. A escola é uma instituição construída coletivamente e de modo permanente. Nessa perspectiva, é essencial que o seu fazer pedagógico esteja vinculado às questões sociais e as práticas e valores democráticos, não

só no que diz respeito a seleção e tratamento dos conteúdos, como também a própria organização escolar. As normas de funcionamento e os valores, implícitos e explícitos, que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, e interferem de maneira significativa sobre a formação dos (as) alunos (as). Por isso, a questão etnicorracial deve compor o currículo escolar para que a escola se afirme uma instituição democrática, e possa colaborar com a democratização da sociedade.

No sistema educacional brasileiro, pode-se dizer que a maioria das escolas tende a ser apenas o local de trabalho individualizado e não uma organização com objetivos próprios elaborados e manifestados pela ação coordenada dos diversos sujeitos sociais que a frequenta.

A Constituição Brasileira de 1988 prevê direitos iguais para todos os brasileiros (as), ou seja, todos (as) são iguais perante a lei, no entanto na prática, o que existe realmente é uma sociedade de classes onde o desrespeito à diversidade racial é marcante. Geralmente as diferenças raciais acabam revelando as diferenças sociais e evidenciando que todos (as) não tem os mesmos direitos sociais e a democracia racial não é uma realidade.

As diferenças sociais, conforme já revelamos neste trabalho, atingem, sobretudo, as pessoas negras; estas desde o período pós-abolição sofrem as conseqüências do processo de escravidão a que foram submetidas, mas sofrem, sobretudo, em decorrência das práticas preconceituosas mantidas pelas diversas instituições, a exemplo da escola.

Todavia, o preconceito não é uma prática desenvolvida apenas na escola, mas nas relações cotidianas desencadeadas nos bairros, e nos locais de trabalho. Enfim, em vários espaços sociais existem casos de preconceitos raciais, o que faz com que a democracia racial se mantenha apenas no discurso e não na prática.

Neste sentido, se a escola possibilitar aos alunos (as) o acesso aos conteúdos pertinentes à questão etnicorracial estará estimulando a formação crítica acerca das relações raciais no Brasil. Essa tarefa não é fácil, haja vista, perdurar no imaginário dos (as) brasileiros (as) a auto-imagem de uma nação racialmente democrática.

Todavia, quando olhamos os indivíduos negros e brancos nas suas várias dimensões é perceptível que eles sempre estiveram em posições desiguais, em relação á oportunidade.

Para tentar explicar e/ou justificar esta afirmativa é invocado a herança da escravidão como argumento. Porém ao fazer uma análise comparativa da condição social das pessoas negras as outras minorias sociais durante o período da pós-abolição verifica-se também que foram socialmente marginalizados, como os imigrantes europeus que para aqui vieram, no entanto, eles hoje possuem outra condição econômica e social que em muito se difere das pessoas negras. Isso é uma evidencia de que a situação da maioria da população negra manteve-se inalterada e a sociedade brasileira não criou mecanismos de inclusão dessas pessoas na condição de cidadãos.

## **1.6 – O Preconceito Racial na Literatura**

De acordo com a história os afrodescendentes e os próprios africanos são vistos e diferenciados pela cor da pele. Nos romances a mulher é vista como a escrava, a mulata, a exótica e os homens como escravizados do próprio destino, subjugados ao trabalho inferiorizado pela classe dominante (o branco).

O autor Aluísio Azevedo retrata bem em suas obras, a situação cotidiana da vida antes e pós-abolição, como em *O Mulato* (1881), *Casa de Pensão* (1884) *O Cortiço* (1890) dentre outros. No romance *O Mulato*, mostra-se a nobreza do caráter de Raimundo que encanta os que com ele convivem; entretanto, o preconceito racial, nutrido pela elite dominante, é dissimulado, ocultado, uma vez que as pessoas são vistas só pela ótica da cor da pele.

Entre o espaço da negação e a afirmação da hipocrisia social, os personagens, sem esquecer-se dos leitores, vão, aos poucos, descobrindo a si e o mundo. Ana Rosa sua prima, filha do irmão do seu pai, revela um dos costumes da época, o casamento entre primos; no entanto dada à origem étnica de Raimundo, o enlace dos dois protagonistas da história vê-se impedido, em função de um tabu, o não aceite por parte dos portugueses em relação aos nativos mestiços, no caso, o mulato Raimundo, mesmo sendo bem próximo à família.



O preconceito não tem o menor respeito por qualquer valor humano. Esta sem dúvida é a máxima de Aluísio de Azevedo. Quando surgem as primeiras respostas de suas dúvidas, as dores aumentam. Há de um lado, uma imensa força por outro, Ana Rosa embalam-no em uma louca paixão que se consoma em uma união fortuita, às escondidas, como os bons casos de amor proibido. Na obra de Aluísio de Azevedo não tem lugar para o artificialismo, a história não tem fantasias, antes, trata-se de muitos retratos nus e crus da vida como ela é, com todas as cores da crueldade. Um fato histórico de todos os dias e em diferentes épocas e contextos.

A perversidade do racismo não respeita nada e muito menos qualquer dos personagens que se fazem presente na obra: A negra louca que é repulsada, jogada ao chão por negação e assimilação de sua verdadeira identidade Ana Rosa, constitui-se em um belíssimo exemplar da hipocrisia social, o grande amor por Raimundo era apenas um devaneio, uma loucura da juventude que foi apagado pelo tempo, entretanto, denunciado pela obra tudo era em nome da paz social e o mascaramento de preconceito racial instituído para separar a classe dominante dos dominados (AZEVEDO, 2007, p.187).

Outro escritor que se debruçou sobre a questão etnicorracial no Brasil foi Jorge Amado, em suas obras retratou muito bem, as relações étnicas e raciais, referente às mulheres negras, vistas como belas, porém eróticas. Nas obras de Jorge Amado: Tieta, Gabriela, Iracema, Dona Flor e seus dois Maridos e outras. O racismo está presentes, nas representações que traz da mulher; esta é vista como miscigenada, ou fruto da junção de um branco com negro (mulata, canela, morena, flor) e a palavra negra é pouco citada.

Em sua obra Jorge Amado relaciona muitas vezes a mulher afrobrasileira, como símbolo do erotismo, da paixão, da traição, deixando de lado a família, os valores e a sociedade brasileira que é ou somos multirraciais e miscigenados.

As pessoas negras não são discriminadas apenas nas produções de grandes romancistas, nos folhetos de literatura de cordel e nos livros didáticos, isso também acontece, visto que são folclorizados como sendo, malvados, do contrário são discriminadas por sua cor, etnia e raça.

Essa construção decorre da ideologia dominante, que estabelece a cultura, a religião, os valores e costumes oriundos dos europeus como referências para a construção da cultura brasileira.

As pessoas negras representadas na literatura são tidas como vítimas do sistema escravista. Todavia, as elites fazem-nos acreditar que a exclusão ou o racismo silencioso é decorrente de conflitos culturais existentes na sociedade brasileira e não da ideologia de inferiorização historicamente construída pelas elites.

Discussões a parte não podemos negar que o racismo está na literatura assim como nos livros didáticos, uma vez que nessas duas produções se repetem os conteúdos com imagens depreciativas sobre as pessoas negras e seus descendentes.

Todavia, com o avanço dos movimentos sociais negros a partir dos anos 1970, começaram a ser pensadas políticas de ações afirmativas para as populações negras no sentido de superar o racismo, mas, sobretudo, de se construir uma nova mentalidade sobre as pessoas negras.

Para tanto, foi proposta uma revisão dos conteúdos de história ensinados nas escolas da educação básica, no sentido de que a história e cultura afrobrasileira e africana passassem a fazer parte do currículo escolar e dos livros didáticos. O propósito era quebrar os estereótipos negativos sobre as pessoas negras e superar o racismo existente na literatura e nos livros didáticos anualmente distribuídos nas escolas públicas do país.

Passou-se a não admitir que nos livros de literatura e nos livros paradidáticos, o índio continuasse sendo associado à animalidade e as pessoas indígenas objeto de trabalho, quando se pregava a ideia de que no Brasil, vivemos numa sociedade igualitária, democrática, onde o branco prevalece como raça dominante.

O trabalho com a literatura, sobretudo, a literatura infanto-juvenil exige do (a) professor (a) tenha atenção, uma vez que se estabelece uma relação entre desiguais. Uma vez que o adulto narra ou ensina a criança um modelo de sociedade, branca e idealizada a partir da relação entre iguais, quando o autor, ilustrador, crítico, editor e bibliotecário criam para um público formado por crianças e adolescentes brancos. No geral, a visão branca dominante prevalece sobre a raça negra (ROSEMBERG, p.. 127 /128).

## 1.7 - Preconceito e Religião

Na perspectiva eurocêntrica de história o cristianismo é a base de todas as religiões, e a Europa como metrópole impôs seus valores, costumes e práticas religiosas ao mundo. A relação desse continente com o Brasil teve início no século XVI quando da chegada dos portugueses, o que resultou na imposição de modelo de família, religiosidade e sociedade cuja base era cristã e ocidental.

O Cristianismo entrou e disseminou no Brasil como meio de “catequização dos indígenas e posteriormente dos afrobrasileiros e imigrantes europeus”. As famílias coloniais se sustentaram no etnocentrismo e patriarcalismo, portanto, se constituíram numa instituição branca, cristã e patriarcal, cuja prática se sustentou no combate as práticas culturais diferentes do Cristianismo. Em função disso, as religiões afrobrasileiras passaram a ser combatidas devido à associação que a Igreja Católica passou a fazer com as práticas demoníacas, em função de o seu ritual ter a dança como principal característica.

Os cultos afrobrasileiros vêm da prática religiosa dos antigos grupos étnicos africanos. Por isso, cada uma tem a sua forma peculiar de chamar o nome da entidade superior, promover seus cultos, estruturar sua organização, celebrar seus rituais, contar sua história e expressar as suas concepções através dos símbolos.

Os cultos afrobrasileiros inicialmente são ritos de preservação cultural dos grupos étnicos que a partir do século XVI aportaram no Brasil vindos da Nigéria, Benin e Togo. Eles estão profundamente ligados à preservação da cultura, da arte e da religião dos africanos.

Em diferentes momentos da história as religiões afrobrasileiras foram se formando nas mais diversas regiões e estados. Por isso, elas adotaram diferentes formas e rituais, e versões de cultos. Dentre elas, o Candomblé é uma religião musical e culturalmente rica, pois sua dança tem papel muito importante nos rituais. O Candomblé é o culto afro que mais preserva as origens africanas e em sua integridade procura evitar o sincretismo religioso. Por isso, foi a mais combatida pela Igreja Católica.

Assim como o Cristianismo, as religiões ou cultos de matriz africana têm vários segmentos dependendo da cultura e da região de onde foram trazidos os descendentes de africanos, dentre eles estão: o candomblé, a umbanda, jurema, o congado. Além de danças e ritos ditos ou considerados sagrados, a exemplo da: capoeira, forró, maracatus dentre outros.

Apesar de possuir um arcabouço cultural rico, as religiões de matriz africana desde outrora são duramente discriminadas no Brasil. Essa situação levou os praticantes a se organizarem e exigirem do Estado ações na perspectiva de garantir à liberdade as pessoas negras de cultuarem suas entidades.

Esse desejo só foi garantido em 1988 na Constituição Brasileira, que assegurou a liberdade de culto a todas as pessoas no Brasil. Mesmo assim as religiões de matriz africanas são duramente discriminadas, e os praticantes são desrespeitados cotidianamente.

## Capítulo II

### A Educação Étnicorracial no Contexto da Escola

Neste capítulo discuto sobre as práticas de educação étnicorracial na escola pública, para tanto, recorro as minhas memórias de professora da educação básica e nela recupero as experiências de observações realizadas em quatro escolas públicas, são elas a Escola Estadual de Ensino Fundamental de Uruçu (Aroeiras/PB), Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deputado Carlos Pessoa Filho (Aroeiras/PB), Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Augusta de Moraes Neves (Americanópolis/SP) e na Escola de Ensino Fundamental Josefa Heráclito (Aroeiras/PB). Esta última escola fica na Comunidade de Cachoeira-Grande, local onde funciona a turma do Projovem Campo-Saberes da Terra; sala de aula na qual estou inserida como educadora e leciono a disciplina Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Portanto, são escolas públicas do ensino fundamental e médio, o que me possibilitou perceber como em tais escolas a questão étnicorracial foi, vem e está sendo trabalhada.

As experiências de observação em que estive envolvida ocorreram em tempos diferentes e em duas cidades São Paulo, e Aroeiras, na Paraíba.

Além do conteúdo pertinente a temática racial, observei o comportamento dos alunos dentro e fora da sala-de-aula e no ônibus de estudantes, assim como no comércio, na igreja, na vida em família e em outros espaços sociais onde eles estão inseridos.

Neste capítulo coloco as minhas impressões acerca da relação étnicorracial baseada nas observações próprias, as quais eu captei ao longo dos trabalhos desenvolvidos por diversos professores nas escolas acima citada. Também trago a minha experiência desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Augusta, no bairro de Americanópolis, na cidade de São Paulo, onde lecionei por um bom período como professora temporária.

Minha pesquisa também foi feita baseada na minha vida estudantil, observando sempre comportamentos entre estudantes dentro da faculdade que

frequentei e em escolas públicas campinenses, onde fiz aula prática e pude observar que na rede pública campinense também há exemplos de mal comportamentos e resistência de alunos em assistir aulas de estagiários da UEPB. Com relação ao comportamento étnico em uma escola visitada na época, constatei que a Escola João Leite, localizada no bairro do Catolé, era tida como exemplo de maus comportamentos dos alunos, principalmente nos intervalos e saídas das aulas, no entanto na atualidade, não posso afirmar que este fato acontece, porque não estou mais no convívio com esta comunidade ou não tenho mais relações com esta escola citada. No entanto segundo relatos de crianças ligadas a minha família não acontece o mesmo em se tratando de escolas particulares de Campina Grande. Com relação a escola pública e do campo esta diferença se torna ainda maior, segundo um aluno que convive entre esses dois ambientes, a escola que ele estuda, não tem nem comparação com a escola citada na pesquisa que fica na zona rural de Aroeiras(Uruçu), segundo o aluno os alunos de sua sala de aula apenas conversam ou dialogam, já os alunos desta escola para os padrões de uma escola particular são considerados mal comportados ou bagunceiros dentre outros. Então há as diferenças etnicorraciais nas escolas, mas há também as diferenças sociais, onde o aluno da escola pública de uma forma geral, não teve uma educação que favoreça seu bom comportamento na sala de aula, pois esses alunos não tem uma base educacional como tem o aluno e os pais de alunos que vivem numa cidade, denominada de capital regional(Campina-Grande)ou outras grandes cidades brasileiras.

## **2.1 – A Questão Etnicorracial no Cotidiano dos Estudantes**

### **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Augusta de Moraes Neves**

A experiência na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Augusta de Moraes Neves sob a direção de Heloísa Aparecida Ferreira, localizada em Americanópolis, cidade de São Paulo foi realizada há 10 anos, quando então trabalhei nessa escola com turmas de nível fundamental, quinta

e sexta séries da educação básica II ou PEB II, como são chamados os professores das escolas estaduais de São Paulo.

Fui admitida por contrato temporário (ACT) para trabalhar na escola acima citada e ensinar História e Geografia, onde permaneci durante mais de um ano.

Ao revisitar as minhas memórias acerca do trabalho que realizei em 2000 nessa escola lembro que a questão étnica e o preconceito racial não tinham a amplitude do discurso que tem na atualidade. Mas já existia desde essa época nesta escola a preocupação de inclusão do aluno no cotidiano escolar.

Para tanto, paralela as aulas existiam atividades esportivas, culturais, religiosas e a capoeira que faz parte da cultura afrobrasileira, eram praticadas não só por alunos (as), mais também por professores (as) das mais diversas disciplinas. Essa era uma forma de inclusão e de participação de todos (as) no cotidiano escolar.

Como professora dentro de sala, presenciei nesta escola cenas de preconceitos de alunos (as) com alunos (as) e de alunos (as) com professores (as), com apelidos pejorativos contra o negro, geralmente apelidado de macaco.

Acerca do preconceito contra a pessoa negra lembro-me da seguinte cena que ouvi e vi uns alunos (as) contarem: ao chegar à porta de um banheiro se pergunta tem gente? Então o negro responde tem. Só dessa forma ou nesse momento o negro é gente.

Além do preconceito racial havia o preconceito regional ou contra o nordestino (a). No meu caso específico, fui apelidada de “Moranguinho do Nordeste”. Nesse caso era apenas um apelido que estava associado à música “Moranguinho do Nordeste”, de Lairton dos Teclados, visto que essa música fazia sucesso na época. Por isso, comumente, os estudantes acabavam associando a letra de tal música a minha pessoa, por eu ser do nordeste ou ser nordestina.

Mas eu presenciei o preconceito de um aluno negro, assim como também de um professor negro, em relação a minha pessoa. Por eles serem de São Paulo, se sentiam superiores em relação a mim. Por isso me discriminavam por eu ser nordestina e está na sala de aula numa escola da

Zona Sul de São Paulo. Mesmo sendo branca e tendo o curso exigido para está em sala de aula não fiquei livre do preconceito de ser nordestina.

Mesmo tendo sido discriminada por ser nordestina na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Augusta de Moraes Neves, essa instituição é inclusiva, sobretudo, porque atende e trabalha com um público diversificado que reside entre o bairro de Americanópolis e as áreas próximas.

Por outro lado a discriminação foi isolada por parte de um aluno e um professor, e não de toda a instituição, uma vez que a minha origem nordestina não foi impedimento para eu ser contratada como professora. Todos os (as) alunos (as) e professores com quem trabalhei sabiam que eu era nordestina, e apenas um aluno e um professor no universo de toda a escola me discriminou.

Trata-se de uma escola bem dividida com relação a faixas etárias dos (as) alunos (as). Na época em que trabalhei o público estava assim dividido, ou seja, no período diurno estudavam crianças e adolescentes e a noite, estudavam os estudantes jovens e adultos do ensino fundamental e médio normal.

Com relação à questão étnica e o preconceito racial a temática era pouco discutida pelos (as) professores (as). Porém todos (as) os (as) alunos (as) eram englobados nas poucas atividades realizadas, principalmente nas atividades culturais e esportivas.

A temática étnicorracial era pouco discutida e em função disso não se reconhecia os (as) alunos (as), professores (as) e funcionários (as) por cor ou raça. Na época em que lecionei nessa escola a metade dos (as) funcionários (as) eram de cor negra, mas não se desenvolvia nenhum trabalho acerca do preconceito racial, seja na escola ou na sociedade em geral.

### **Escola Estadual Deputado Carlos Pessoa Filho (Aroeiras/PB)**

A Escola Estadual Deputado Carlos Pessoa Filho foi fundada na cidade de Aroeiras em 1986, na administração do governo do estado da Paraíba Wilson Leite Braga, e na administração do Prefeito de Aroeiras Gilberto Bezerra de Souza. Esta data é uma referência a construção do prédio desta escola, porque antes ela funcionava em prédio alugado pelo governo do estado.



Hoje nessa escola estão matriculados aproximadamente 1.200 alunos, do ensino fundamental e médio. O quadro de funcionários (as) é de relativamente 200 pessoas entre funcionários (as) e professores (as), entre os quais há os contratados temporariamente e os efetivos.

A escola possui 10 salas de aula, que funcionam nos três turnos. No turno da manhã funciona o ensino fundamental I e nos turnos da tarde e noite funciona o fundamental II e o ensino médio.

As memórias se referem à turma do ensino médio, precisamente durante o ano de 2010, período em os (as) alunos (as) cursaram a disciplina de Sociologia, lecionada pela Professora Ana Maria Monteiro do Nascimento e na sala havia mais de 30 alunos (as). A frente da direção da escola estava a Professora Daniele Germano, que me deu todo apoio no exercício de observação do cotidiano na sala de aula e realização da pesquisa.

No que se refere ao cotidiano dos (as) alunos (as) à escola é tida como uma instituição inclusiva, uma vez que recebe alunos (as) tanto do campo quanto da cidade, é uma escola que segue rigorosamente os horários das aulas, inclusive por parte dos (as) alunos (as) e professores (as). Pelo menos não se sabe de casos graves de falta de professores (as) e nem de maus comportamentos de alunos (as).

Porém como na maioria das escolas públicas tem casos de evasões e repetências. Todavia vale ressaltar que nesta escola os (as) alunos (as) do ensino médio têm bons aproveitamentos vistos o bom desempenho e aprovação nos vestibulares do estado, e nos mais diversos cursos de Licenciaturas, Fisioterapia, Direito, Computação dentre outros; uma prova de que a escola tem realizado um bom trabalho junto à comunidade estudantil.

Quanto à questão etnicorracial lembro que um do ex-aluno, dessa escola relatou que um aluno branco demonstrou ter nojo dele por causa da sua cor negra. O colega desse aluno negro tocou na pele dele e em seguida enxugou a mão com um papel e jogou no lixo, um comportamento nada digno dentro de uma sala-de-aula, na frente dos (das) outros (as) colegas da sala.

A escola acima citada é tida como uma das mais inclusivas do município de Aroeiras, pois englobam alunos (as) de todas as séries, raças, locais, sítios e até de cidades vizinhas. Além das atividades pedagógicas, ela desenvolve atividades culturais, religiosas dentre outras.

O bom trabalho desenvolvido pelo conjunto dos (as) professores (as) nas diversas áreas do conhecimento está conseguindo colocar os (as) alunos (as), nos mais diversos cursos das universidades da Paraíba, através de cursinhos e incentivando-os a estudarem para fazer o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e para os vestibulares.

Nesta escola também há maior inclusão dos (as) alunos (as), sem distinção racial, tanto o alunado do ensino fundamental, quanto do médio. Por está localizada no centro da cidade, essa escola se torna mais integrada e agregadora dos (as) alunos (as).

Quanto ao comportamento dos (as) alunos (as) brancos (as) e negros (as), o que posso afirmar é que mesmo estando todos incluídos no processo educacional da escola, há relatos de preconceitos, discriminações e reprovações, por cor ou por condição sócio-econômica.

### **Escola Estadual de Uruçu (Aroeiras/PB)**

A Escola Estadual de Uruçu foi fundada em 1935 quando Aroeiras era distrito do município de Umbuzeiro. Na época era prefeito de Umbuzeiro o Dr. Patrício. A escola foi construída num terreno doado pelo senhor João de Alexandra morador da cidade. Segundo relatam os moradores mais antigos da comunidade de Uruçu do município de Aroeiras.

Essa instituição é uma escola pública estadual, mais nela também funciona a educação básica I, oferecida pelo município de Aroeiras. As memórias acerca dessa escola se referem ao ano de 2010, precisamente da sala da quarta série ou quinto ano, onde trabalha a senhora Maria da Penha Romão, que é professora do município. Essa turma possui aproximadamente 20 alunos (as); e a escola em 2010 estava sob a direção da senhora Maria do Rosário (diretora municipal) e Josefa Alzeneide Gomes do Nascimento (diretora estadual).

Quanto ao cotidiano dos (as) alunos (as) nesta escola, o que observei é o fato deles (as) serem freqüentes as aulas, e praticam atividades esportivas. No ensino fundamental II oferecido pelo estado, há maior incidência de alunos

(as) brancos (as). Enquanto no turno onde funcionam as séries iniciais oferecidas pelo município há uma maior integração dos (as) alunos (as) e professores (as) no contexto da comunidade e da escola.

Nesta escola lembro-me que os comportamentos dos estudantes eram normais e iguais aos de quaisquer estudantes da escola pública, existe preconceito, existe a “discriminação” entre as pessoas menos favorecidas, até porque a maioria dos (as) alunos (as) são filhos (as) de pais analfabetos (as) e o esclarecimento sobre estas questões ainda não chegou à maioria das escolas, principalmente em se tratando dos (as) alunos (as) da educação básica I.

Os (as) professores (as) na sua maioria possuem cursos superiores e por isso respeitam as diferenças com relação a brancos (as) e negros (as). Até onde os percebi não distinguem os (as) alunos (as) entre brancos (as) e negros (as), exceto numa das salas observadas onde era visível a preferência na sala ou turma por alunos (as) da cor branca, o que em minha opinião se constituía racismo, mas tudo muito sutil.

No geral é uma escola que funciona normalmente, com atividades festivas entre os (as) alunos (as), a exemplo das festas alusivas as datas comemorativas e também no intervalo com as práticas esportivas.

### **Escola Municipal Josefa Heráclito do Nascimento (Cachoeira-Grande-Aroeiras/PB)**

Com relação à Escola Municipal Josefa Heráclito do Nascimento, as memórias que lembro se referem ao ano de 2010, precisamente da turma de quinta série ou sexto ano, cuja professora era a senhora Carolina. Na época a escola estava sob a direção da Professora Vanessa. Na turma observada havia 15 alunos (as) e nesta sala observei que eles (as) se comportavam bem nas aulas, mas segundo a Professora Carolina eles (as) resistiram a discutir a questão racial.

Na comunidade Cachoeira-Grande, funciona a turma de o Projovem Campo Saberes-da-Terra, projeto do governo federal em parceria com a

Secretaria de Educação do Estado, as Universidades da Paraíba (UEPB, UFCG, UFPB) e os movimentos sociais do campo.

Nessa turma eu leciono a disciplina Ciências Humanas e Suas Tecnologias, e nela foi possível verificar que apesar de serem alunos (as) em sua maioria, na faixa etária entre jovens e adultos são assíduos (as) as aulas, e participam. Além disso, são solidários (as) uns com os (as) outros (as) e recebem a solidariedade da comunidade, pois a turma está funcionando atualmente numa casa concedida por uma moradora e aluna da comunidade, a senhora Maria José Moura.

Esta turma funciona com quatro disciplinas obrigatórias: Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ciências Agrônomas. O objetivo do curso é emitir aos (as) alunos (as), certificados de conclusão do Ensino Fundamental e de Técnico Agrícola. O curso funciona desde 2010, com duração de dois anos, e atualmente conta com 11 alunos (as). Percebi que eles (as) não demonstram preconceito racial apenas desconhecem o assunto.

Observamos vários tipos de comportamentos dentro e fora da sala-de-aula. No entanto quando enfoquei especificamente o comportamento étnicorracial dos (as) alunos (as), notei que a cultura e a própria questão racial não são discutidos no espaço escolar, e quando tratadas, os (as) professores (as) mostram “a cultura étnica”, pois muitos (as) alunos (as) não querem ou não entendem o que seja etnia, preconceito ou discriminação, isto se falando aos do ensino fundamental.

Quanto aos (as) alunos (as) do ensino médio, onde estão os adolescentes e jovens, eles relataram que há o preconceito racial no contexto da sala-de-aula, entre eles (as) e também entre professores (as) e alunos (as) de cor negra.

Os (as) alunos (as) negros (as) disseram ter sofrido preconceito e foram discriminados pela cor de sua pele, pois foram apelidados de macaco, monstra, lixo, roda de trator, negrão, negrinho dentre outras denominações pejorativa e depreciativa da pessoa negra.

Com relação ao comportamento nesta escola é normal, são alunos (as) comportados (as) e respeitam uns aos outros (as), mas os apelidos com os de cor ou os de condições sociais inferior existem.

Porém quanto a falar ou escrever sobre o tema “preconceito racial”, eles não fazem idéia ou preferem não falar no assunto. Entre os (as) alunos (as) negros (as) ainda perdura a visão de que negro (a) está associado à inferioridade, como pobres, ex-escravos, ou seja, são pessoas com o passado relacionado à escravidão.

## **2.2 – O cotidiano dos alunos fora da escola**

No que dizem respeito ao comportamento fora da sala-de-aula, os (as) alunos (as) se agrupam mais, sem distinção racial ou cor, principalmente nas igrejas, nos times locais.

Quanto ao ônibus e carros de estudantes, no comércio e na família, há certa distinção racial; nos ônibus há uma separação entre alunos (as) brancos (as) e negros.

Enquanto no comércio seja local ou a nível estadual há sempre a predominância de pessoas brancas trabalhando no comércio formal, Na família não generalizando, mas eles afirmaram que há comportamentos preconceituosos entre irmãos em função da cor da pele. Eles afirmaram que em muitos casos há discriminação por um jovem ou uma jovem da mesma família devido à cor da pele ser diferente ou ter mais poder aquisitivo do que o outro (a), dentre outras questões.

Se alguns dos (as) alunos (as) brancos (as) não sofreram ou não entendem o que é preconceito, os (as) alunos (as) negros (as) em sua maioria disseram já sofreram ou presenciaram situações de preconceito e apelidos pejorativos no contexto escolar, principalmente na sala-de-aula. Os preconceitos geralmente são contra o (a) negro (a), o homossexual e o (a) nordestino (a).

Enfim onde há melhor integração dos (as) alunos (as) e professores (as) sem distinção racial, é nas apresentações culturais e eventos esportivos realizados pelas escolas. Nesses eventos há maior inclusão tanto dos envolvidos, diretamente na escola como educadores (as), alunos (as) e funcionários (as) e a própria comunidade, uma vez que os pais e os (as) moradores (as) em geral passam a ver e conhecer o espaço da escola na qual o (a) seu (sua) filho (a) está inserido.

Torna-se também necessária a participação dos pais na vida cotidiana do (a) aluno (a) em sala-de-aula, não só matricular o filho, mas participar, conhecer o ambiente escolar e verificar o comportamento dos (as) filhos (as) na escola, o cumprimento do horário exigido e o respeito dispensado ao (a) professor (a), ao colega, e aos (as) funcionários (as), enfim a todos sem distinção de cultura, cor, religião e outras diferenças que as pessoas possuam.

Na Igreja ou nas religiões vivenciadas nas comunidades onde estão localizadas as escolas, há maior inclusão dos afrodescendentes com participações dentro dos grupos de orações de mulheres negras.

No entanto, de uma forma geral, os (as) jovens (as) estudantes, são pouco incluídos (as) e quando são é apenas as mulheres e crianças, isto se tratando da comunidade de Uruçu que fica a 5 km da cidade de Aroeiras.

Na realidade nesta comunidade há o descaso do poder municipal e estadual, porque apesar de ser próxima da cidade, os políticos a abandonam e isto também se reflete na escola.

Nesta comunidade estão às pessoas desfavorecidas, analfabetas e por isso não sabem ensinar aos (as) seus (suas) filhos (as) as tarefas demandadas pela escola. Devido ao alto índice de analfabeto (a) nessa comunidade, os (as) funcionários (as) da escola em sua maioria são de fora de Aroeiras.

Por ser analfabeta a maioria dos (as) moradores (as) acaba influenciada, e aceitam que seus (suas) filhos (as) sejam reprovados (as) quatro e até cinco anos na mesma série e nem procuram saber o motivo destas reprovações, sem falar que ficam alunos (as) em idade escolar, sem matrícula, por priorizarem os (as) alunos (as) da turma anterior.

Não posso afirmar se a culpa das reprovações é do (a) aluno (a) ou do (a) professor (a) que quer manter seu emprego, até porque não trabalho nesta escola. Mas esses são fatos lamentáveis e que não deveriam acontecer numa escola pública, isto que acontece na realidade não é um preconceito racial, mas é o preconceito contra os menos favorecidos, ou seja, os pobres.

### **2.3 – As atividades desenvolvidas nas escolas e a questão etnicorracial**

Nas escolas acima citadas onde fiz as observações e na escola desenvolvo a minha experiência como professora não trabalhei a temática

étnicorracial, pois não leciono em todas as escolas, apenas leciono na última escola, a Escola Municipal Josefa Heráclito do Nascimento. Nessa instituição trabalhei alguns temas relacionados à temática afrobrasileira, a exemplo das etnias, cultura, religião, identidade e gênero; conceitos que estão presentes em nosso meio, mas que muitas vezes, não entendemos ou não fazem parte do currículo escolar exigido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A obrigatoriedade da questão racial é recente em sala-de-aulas, como são conteúdos ligados a área de História e nas escolas se trabalha mais por disciplina, no caso trabalhei e trabalho com os aspectos ou conteúdos da Geografia e da História, ligados aos livros didáticos e ao currículo escolar.

Logo, são raras às vezes em que os conteúdos dos livros didáticos e do currículo escolar estão ligados a questão étnicorracial, portanto os conteúdos sobre a cultura afrobrasileira foram vistos por alunos (as) nas minhas aulas, mas sempre de acordo com o currículo escolar ou o planejamento de cada escola.

Nas escolas acima citadas existe um trabalho cultural, mesmo que escasso, ou seja, na escola da Comunidade de Uruçu os (as) professores (as) desenvolvem atividades culturais; ainda que poucas elas são importantes. Tais atividades são complementadas com as atividades esportivas, as comemorações das festas juninas, o dia do folclore e outras manifestações.

Na escola onde trabalhei no estado de São Paulo havia também atividades inclusivas como: danças, esportes, atividades religiosas e a própria capoeira era desenvolvida; atividade essa ligada aos afrodescendentes.

Na Escola Estadual Deputado Carlos Pessoa Filho há a predominância de atividades culturais ligadas à feira de Ciências e a Religiosidade, a música, ao desfile cívico do dia sete de setembro. Também são pertinentes as atividades relacionadas aos esportes e as festas juninas. Assim como nessa escola nas outras instituições observadas e na Turma do Projovem Campo, também há atividades culturais desenvolvidas dentro das condições e espaço de cada escola, mas a questão étnicorracial é pouco trabalhada.

Quanto ao preconceito racial no meio dessas escolas, existe, mas também foi possível observar outros tipos de preconceitos. Como em qualquer escola pública, cabe aos (as) educadores (as) ou professores (as), esclarecer

estas situações conflituosas ou até violentas e levar os (as) alunos (as) a superá-las.

Ao longo das observações nas escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio, verifiquei comportamentos e atitudes de alunos (as), professores (as) e funcionários (as) detectamos que o racismo e o preconceito racial estão presentes na sala-de-aula, ou seja, no ambiente escolar como um todo. Mas também está no convívio familiar, além da família está no comércio, na igreja, na comunidade e na cidade como um todo.

Em algumas escolas observei que para umas atividades há uma distinção forte na escolha dos (as) alunos (as) que leva em consideração o critério da cor, principalmente quando se trata de alunos (as) pobres. Se o (a) aluno (a) é pobre e negro (a), é duplamente excluído e até tratado mal pelos (as) alunos (os) são apelidados de macacos (as), roda de trator, negrão, negrinha, nega, dentre outros.

Esse tipo de tratamento influencia na aprendizagem do (a) aluno (a) discriminado (a), pois eles (as) passam a manifestar desestímulo pelos estudos e a não aprender conteúdos ministrados. Outro aspecto observado nas escolas do campo dessa pesquisa é o fato de que em muitas vezes os pais dos (as) alunos (as) serem analfabetos e assim desconhecem sobre os seus direitos, e não aconselham os (as) seus filhos (as) a resistirem aos comportamentos preconceituosos a que são vítimas, e acabam aceitando o que dizem sobre eles (as).

O resultado final acaba sendo o insucesso desses (as) alunos (as), uma vez que a maioria deles (as) é negros (as), muitas vezes é reprovada em maior número do que os (as) alunos (as) brancos (as).

Essa realidade não deveria existir, pois estamos no século XXI, mas ela ainda é muito comum no cotidiano escolar, num país onde a maioria da população é negra e todos vivem fundamentados na crença da igualdade das raças e da democracia.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, todos tem direito à educação, mas ainda existe racismo e todo tipo de preconceito na escola, entre alunos (as), professores (as), e funcionários (as).

Por isso, muitos alunos (as) negros (as) acabam desistindo da escola, afora os que permanecem, mas são reprovados, e mesmo que insistam em



permanecer são mal sucedidos, sobretudo, porque eles (as) não conseguem se apropriarem dos conteúdos mínimos e necessários á vida.

Todas estas questões acima levantadas sobre as escolas citadas foram baseadas nas observações que fiz do cotidiano escolar. Houve palavras depreciativas, mas elas foram pronunciadas por alunos (as) que vivenciaram as situações de preconceitos que tanto podem acontecer com alunos (as), como de alunos (as) contra professores (as).

Vivemos em meio ao avanço da mídia, ou seja, na era das telecomunicações, da robótica e da internet. Todos esses avanços acabam influenciando o (a) jovem aluno (a) a buscar a perfeição física, a se comportar como tal, a preferir ser branco (a) em detrimento ao (a) negro (a). A partir de então, passa a criticar o seu colega por não ser da sua cor, por não se comportar como ele e por não estar vestido da mesma forma que a mídia mostra. Ou passa a se auto criticar e se isolar, por não se considerar de acordo com os padrões determinados pela mídia.

Por isso muitas vezes os (as) jovens são discriminados (as) e quando se trata da discriminação racial às vezes acabam não só evadindo da escola, mas ficam violentos. Em muitos casos são violentados pela discriminação e tornam-se um perigo para a sociedade. Por isso é importante que o (a) educador (a) em todos os âmbitos educacionais leve para sala de aula, não só o conteúdo, mas a sua capacidade de transmitir algo diferente. É preciso que sejam capazes de transmitir também para o (a) aluno (a), o estímulo, a paz, e mostrar-lhe que a educação pode ser a maneira dele seguir no mínimo uma profissão.

## Considerações Finais

Este trabalho propõe-se através de pesquisas em escolas mostrando a diversidade racial e o racismo existente na produção literária brasileira, sobre expressões de racismo em livros didáticos, na escola, nos templos religiosos e na sociedade como um todo (local, regional e nacional).

Foram utilizados vários autores ligados a História e a Geografia como Michel de Certeau, Francisco Teixeira, Circe Bittencourt, Patrícia Braick, Elizabeth Totini, Fúlvia Rosemberg, Joel Zito, Max Weber (filósofo), José William Vesentini (geógrafo social), Fernando Henrique Cardoso (sociólogo), Florestan Fernandes, Lilia Moritz, além de autores ligados a Literatura: Aluísio de Azevedo, Maria Nazareth, Florentina Souza, Jorge Amado, além de livros pedagógicos ligados ao currículo escolar como: Pcn's, Projovem (SECAD/MEC), Proformação, LDB, Dicionários, Currículo, pesquisas de campo e na escola.

Deve-se efetuar uma revisão de conceitos por parte dos professores e alunos não utilizando no contexto escolar palavras repugnantes, atitudes racistas e discriminatórias que afetam diretamente alunos e professores dentro da escola, da família, da comunidade e da sociedade paraibana.

No Brasil por ser um país miscigenado, devido a ter três raças distintas a indígena, a branca e a negra, não se pode afirmar que somos um país extremamente preconceituoso, mais com relação ao negro existe uma exclusão social, ou seja, exclui-se, muitas vezes do mercado de trabalho e do meio social, mas precisamente o negro e o índio, como raças inferiores distinguindo-os como diferentes além de pessoas negras e índias, pobres, mulheres e homens após 40 anos, idosos, deficientes e excepcionais (especiais), ex-presidiários, analfabetos, nordestinos, pessoas do campo, das favelas dentre outras. Com relação ao afro-brasileiro, que foi excluído desde a escravidão e conseqüentemente hoje ainda é vítima de atitudes preconceituosas como: inferior, malandro, ladrão, pobre é discriminado ao ser chamado dentro de escolas públicas de macaco e outros apelidos pejorativos. Então com as políticas públicas afirmativas: Cotas raciais, Prouni, Bolsa Família, Projovem Campo e Urbano, PBA e o EJA, projetos envolvendo ações governamentais, Ongs e Universidades e próprio movimento negro, favoreceram o início de uma inclusão social dos chamados menos favorecidos.

”Num percurso histórico, os autores procuram indicar aspectos comuns ao conjunto de análises já produzidas sobre, as lacunas que vêm permanecendo e a diversidade de enfoques teórico-metodológicos sobre os quais elas tem se apoiado”(ROSEMBERG.p.125).

Há na realidade uma diversidade de teorias, metodologias pelas quais se baseiam num segmento curricular único, que não leva em consideração muitas vezes, a realidade na qual está inserido o aluno, os conteúdos são adaptados, porque são de regiões ou estados com características diferentes da nossa cultura, sotaques, etnia, costumes, valores, dentre outras, que fogem do contexto da História da cidade ou do estado na qual estamos inseridos, e com relação ao afrodescendente, não é excessão já que a maiorias dos livros didáticos tratam o tema de forma geral e não específica.

Então estas ações que vem sendo desenvolvidas tanto pelos órgãos oficiais, como pelo movimento negro em busca de combater o racismo, foi criada a lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estebelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira como disciplina obrigatória no ensino público da educação básica, sancionada em 2010, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva(o Lula). Todas estas ações são de suma importância para a inclusão do afro-brasileiro, e a educação é crucial nesse processo, de aprendizagem e também de inserção do aluno em geral, no mercado de trabalho.

Estamos num país miscigenado, mestiço é o que relata vários autores sobre a miscigenação racial ao longo do século XIX e XX. Assim o conceito de raças, não está ligado apenas a questão biológica acabou recebendo uma interpretação social. O termo raça, antes de aparecer como um conceito fixo, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado é sempre experimentado e estudado ao longo do processo histórico, vivemos num país democrático e não podemos distinguir por raça ou cor da pele, no entanto este movimento culturalista vem desde os anos trinta em detrimento ao evolucionismo social e que hoje ganha novos significados, culturais, religiosos, sociais, é tido como movimento de afirmação do afrodescendente ou negro e de outras classes sociais tidas até então como excluídas na sociedade brasileira. Então a cultura no Brasil no século XX, destacou-se pela revolução e

inovação dos valores nacionais, até então seguia-se o modelo europeu, especificamente da França, mas a partir de 1922 com a semana de arte moderna e o surgimento de novos escritores e artistas plásticos, teve início um movimento de encontro das “raízes nacionais”.

Portanto as diferenças étnicas existem e mas precisamente no cotidiano da escola essa diversidade tem que ser levada em consideração, tratando todos de forma igual,mas sabendo que tem as diferenças de valores, de culturas, religiosas, de comportamentos, de aprendizagens, de classes sociais, de locais: regional, estadual, local e nacional e que o professor ou educador tem um papel fundamental não só em transmitir o conhecimento, mas de promover a união, a paz e o diálogo dentro da sala de aula. Diante de toda esta problemática vigente com relação ao preconceito no Brasil, não devemos admitir o racismo e a discriminação, mas promover uma melhor integração sociocultural na escola. A discriminação racial inferioiza um indivíduo ou grupo pela sua etnia, e o racismo em si contribui para ações discriminatórias que acontecem tanto na sala de aula, quanto no trabalho e no convívio social que as pessoas estão inseridas, há uma negação dos valores do outro com conceitos definidos(estereótipos). E com relação ao negro não só o estereótipo mas também o etnocentrismo ou seja uma imposição de valores culturais de um povo em detrimento da cultura afro-brasileira. Portanto é essencial entendermos a situação dos afrodescendentes nas escolas da Paraíba, na nossa comunidade e no Brasil como sujeitos históricos e não como passivos e inferiores, mas capazes de reger seus próprios destinos e ideais pessoais, e sem dúvida contribuirmos todos seja, branco negro ou índio para a formação da identidade igualitária, onde a cidadania seja para todos e não para uma minoria social e que possamos contribuir de forma decisiva , participativa e inclusiva com a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURÉLIO. Minidicionário da Língua Portuguesa. Século XXI. PNLD. FNDE. MEC. 2001.

ARRUDA. José Jobson de A. e PILLETI. Nelson. A Cultura no Brasil no século XX. Editora Ática. São Paulo.

AZEVEDO. Aluísio. O Mulato. Clássicos da Literatura. Ciranda Cultural Editora e Distribuidora LTDA. SP. 2007.

BEISIEGEL. Celso de Rui. Política e educação popular, a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982.

BRAICK. P. Ramos and MOTA. M. Becho. História das Cavernas ao Terceiro Milênio. A Descolonização na África e na Ásia. Capítulo 11. Pág. 228. 2ª Edição. São Paulo. 2006. Editora Moderna.

BITTENCOURT. Circe (org.) 9ª Edição. Vários Autores. São Paulo: Contexto. (Repensando o Ensino) 2004.

CERTEAU. Michel. A Escrita da História. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica. Arno Vogel. 2ª Edição. Forense Universitária.

GUIA DE ESTUDO PROFORMAÇÃO (Programa de Professores em Exercício. Módulo II. Unidade III e VIII. Ensino É Aprendizagem. Brasília- 2000.

MUNANGA. Kabengelê. Eu, Um Negro. <http://viva Chavezviva.blogspot.com/>. junho. 2008

NAZARETH. Maria. S. Fonseca. Literatura Afro-Brasileira. Org. Florentina Souza and Maria Nazaré Lima. Literatura Negra, Literatura Afro-Brasileira: Como responder a Polêmica? Cap. I Centro de Estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares. 2006.

PROJOVEM CAMPO- SABERES DA TERRA. Um pouco da sua História político-pedagógica. Texto produzido pela Equipe Executiva do Projovem Campo – Saberes da Terra. CGEC/SECAD/MEC. 2005.

PCN. Volume I. Introdução. Conteúdos. 3ª Edição. Brasília. 2001.

ROSEMBERG. Fúlvia. Racismo em Livros Didáticos Brasileiros e seu Combate: Uma revisão da Literatura Educação e Pesquisa. SP. 2003.

SCHWARCZ. Lilia. Moritz. O Espetáculo das Raças. Texto: O Espetáculo da Miscigenação. Pág. 11. 2ª Reimpressão. Companhia das Letras. 2000.

TEIXEIRA. Francisco. M.P. and Totini. M. Elizabeth. História Econômica e Administrativa do Brasil. Editora Ática. 4ª Edição SP. 1994.

VESENTINI. J.William. Sociedade e Espaço. Geografia Geral e do Brasil 33ª Edição. Editora Ática. 1996.

WALES. Jimmy. Wikipédia. A Enciclopédia Livre. Identidade. 15/01/2001.

WEBER. Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Editora Martinclaret. 2006.